



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

CONTRATO Nº 149/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE JAGUARÉ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** E A EMPRESA **ALIANÇA REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP**, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O **MUNICÍPIO DE JAGUARÉ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Nove de Agosto, 2.326 – Centro desta cidade, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 27.744.184/0001-50, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura, Senhor João Evangelista Malanquini, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, Ordenador de Despesas conforme Decreto nº 063/2013, brasileiro, portador do CPF/MF nº 574.415.377-20 e CI 360.518-SSP/ES, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **ALIANÇA REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP**, sediada na Avenida Augusto Calmon, 1.267 - Loja 01 - Centro – CEP 29.900-065 – Linhares – Estado do Espírito Santo – Fone: 0XX-27-3264-4513, inscrita no CNPJ sob o nº 10.542.750/0001-49, representada neste ato por seu procurador o Senhor Marcio Antônio Cuzzuol Pereira, brasileiro, casado, portador da C.I nº 1.293.711-SSP-ES e do CPF nº 075.787.667-67, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar este contrato nos termos do procedimento licitatório - Pregão Presencial nº 152/2013, Processo PMJ nº 124.820/2013, conforme a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem como objeto a Locação de caminhões carroceria basculantes ITENS 02 e 03.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Faz parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Pregão Presencial nº 152/2013, completando este contrato para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

3.1 - O preço global do contrato é de R\$ 165.600,00 (cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais), tendo como valor mensal para o item 02 R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), e item 03 R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), de acordo com os preços consignados na ata do Pregão Presencial nº 152/2013;

3.2 - No preço já estão incluídos os custos e despesas, inclusive prestação de garantia, transporte, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças, despesa de frete, pessoal para instalação e encargos sociais que incidam ou venham a incidir, relacionados com a prestação de serviços e todas as despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto licitado;

3.3 - O valor do contrato será irrevogável pelo prazo de 12 (doze) meses;

3.4 - Após o prazo inicial de 12 (doze) meses o contrato poderá ser reajustado, fixando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor - Amplo). O pedido de reajustamento deverá ser acompanhado de planilhas que justifiquem o índice pleiteado.

CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado mensalmente pelo **MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES**, através de ordem bancária, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada e certificada pelo servidor competente do **MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES**;

4.1.1 - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Avenida Nove de Agosto, 2.326 – Centro – Jaguaré – ES, CNPJ 27.744.184/0001-50.**

4.1.1.1 - Na nota fiscal deverão constar:

- Nº do processo;
- Nº do contrato se houver; e,
- Modalidade e nº da licitação.

4.2 - O pagamento será efetuado mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota fiscal/ fatura discriminatória, em via única, devidamente atestada;
- b) CND - Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social;
- c) CRF - Certidão de Regularidade de FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão de quitação de Tributos Federais, Estaduais, Municipais e Trabalhistas, na sede da CONTRATADA.

4.3 - Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida;

4.4 - O MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual;



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

4.5 - Por tratar-se de quantidades estimadas, o CONTRATANTE não se obriga a solicitar o montante total estimado, contudo, a Contratada obriga-se a aceitar acréscimos dentro do limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o montante estimado, em havendo necessidade por parte do CONTRATANTE;

4.6 - Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a CONTRATADA será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da execução do Contrato correrão à conta do orçamento do MUNICÍPIO DE JAGUARÉ/ES, a saber:

100 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

109 – Secretaria Municipal de Agricultura

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-PJ

Ficha 00292

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - Este Contrato terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se em 18 de setembro de 2013, observadas as condições previstas no Termo de Referência - Anexo 01 do Edital do Pregão Presencial Nº 152/2013;

6.2 - A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente;

6.2.1 - Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Federal nº 8666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ESPECIFICAÇÕES

7.1 - Locação de tipo caminhões carroceria basculantes.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)

8.1 - Os veículos serão locados sem motorista.

- Além da locação, correrão as despesas de combustível à conta do Município de Jaguaré.
- As demais despesas correrão à conta da empresa contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

9.1 - Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outro documento que o complemente, e nas propostas apresentadas serão aplicadas as seguintes penalidades e sanções previstas nesta cláusula;

9.1.1 - Multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada, nos casos de: descumprimento do prazo estipulado no edital para a retirada da Ordem de Serviço; atraso quanto ao prazo de prestação dos serviços ou pela recusa em prestá-los, calculada pela fórmula $M = 0,01 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

9.1.2 - Impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICIPIO DE JAGUARÉ/ES por um período de até 2 (dois) anos, no caso de apresentação de declaração ou documento falso;

9.1.3 - A aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de impedimento de licitar ou contratar;

9.2 - Caso a CONTRATADA se recuse a retirar a Ordem de Serviço, a prestar os serviços desta licitação, a atender ao disposto neste Termo de Referência aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº 10.520/2002, devendo as licitantes remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento dos serviços nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da execução do serviço;

V - A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao **MUNICIPIO DE JAGUARÉ/ES**;

VI - A sub-contratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

IX - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X - A dissolução da sociedade;

XI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

XII - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIV - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

10.2.1 - A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3 - A rescisão do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do item 10.2;

II - Amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

III - Judicial, nos termos da legislação.

10.3.1 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pelo Secretário Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

11.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1 - Designar servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto contratado, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, comunicando à contratada e, quando necessário, exigir a correção de falhas ou defeitos observados.

11.1.2 - Notificar, por escrito, à contratada, toda e qualquer irregularidade;

11.1.3 - Fornecer à contratada todas as informações relacionadas com o objeto deste Termo de Referência;

11.1.4 - Efetuar o pagamento nas condições e prazos de acordo com o contrato.



Prefeitura Municipal de Jaguaré

Estado do Espírito Santo

11.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

11.2.1 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

11.2.2 - A empresa contratada não poderá ceder ou sub-contratar, parcial ou totalmente os serviços objeto deste contrato, sem prévia autorização, por escrito, do Município de Jaguaré, ressalvando-se que quando concedida a subcontratação obriga-se à empresa contratada a deliberar o respectivo contrato com a inteira obediência aos termos do contrato firmado com o Município e sob a sua inteira responsabilidade, reservando ainda ao Município de Jaguaré, o direito de a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba a subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 - Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993, de 21 de julho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela Administração, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que deverá atestar a realização efetiva do serviço prestado, para cumprimento das normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Na proposta de preço devem estar incluídas todas as despesas e custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da licitação;

14.2 - A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - O presente Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993, correndo a despesa por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



Prefeitura Municipal de Jaguaré
Estado do Espírito Santo

16.1 - Fica eleito o foro da cidade de Jaguaré/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Jaguaré-ES, 18 de setembro de 2013.

JOÃO EVANGELISTA MALANQUINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
CONTRATANTE

ALIANÇA REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-EPP
MARCIO ANTÔNIO CUZZUOL PEREIRA - PROCURADOR
CONTRATADA